

ATA nº01/2021. Aos cinco dias do mês de fevereiro de 2021, no quarto andar da Prefeitura Municipal de Medianeira PR, às oito e trinta horas, reuniram-se para a primeira reunião do CMDCA, os conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança, para discutir a pauta: Apresentação Projetos para CEDCA (AMOA e SEMEAR); Comissão Divulgação IR; Banco de Projetos; Escala de Folga do Conselho Tutelar; Comissão Fluxo Atendimento Saúde Mental de Crianças e Adolescentes; Medidas Socioeducativa e Palavra Livre. Em primeiro momento a Senhora Christiane Zanette Mondardo deu as boas vindas e informou os assuntos da pauta para a reunião, passando a palavra para a Presidente Jéssica Zimmer, a mesma deu início a sua fala informando que primeiramente teria dois projetos para serem aprovados pelo conselho referente às Entidades AMOA e SEMEAR. Passou a palavra para o Senhor Roberto Laufer do Semear onde realizou a apresentação do projeto “Som que Eco”, proposta esta a ser inscrita para a Deliberação 050/2017 CEDCA/PR (Banco de Projetos), expôs todos os pontos necessários incluso no projeto e salientou a importância de tal ação para as crianças e adolescentes, ficando claro o objetivo do projeto que foi previsto num valor total de R\$ 316.300,00, sendo que o valor solicitado ao CEDCA foi de R\$200.000,00. Após a explicação, o Senhor Antônio Carlos Pereira sugeriu que fosse duplicado o valor do projeto levando em consideração que teriam aproximadamente dois anos para captação de recurso, ficando os valores desatualizados. Demais conselheiros também contribuíram com a mesma sugestão. Sendo assim, em concordância com todos os presentes, a Presidente Jéssica colocou em aprovação o projeto. Nesse momento o Projeto foi APROVADO, mas com a condição de que houvesse alteração para o valor de R\$ 500.000,00, e que após efetuada a alteração que a Entidade enviasse para ciência dos conselheiros no grupo do whats do CMDCA. Em seguida, a Senhora Deisielle Pompermayer representando a Entidade AMOA realizou a apresentação do Projeto de Reparos da quadra de esportes adaptada no valor de R\$ 75.000,00, explicou que em dias chuvosos não é possível realizar atividades com crianças e adolescentes, sendo impossibilitado de se trabalhar com educação física e as terapias de Terapia Ocupacional, fisioterapia, bem como de outros profissionais. Sendo então, necessário realizar reformas no telhado, ferros e cobrir as laterais para evitar molhar a quadra. Salientou a importância desse ambiente para o público atendido e para a qualidade do serviço oferecido. A presidente Jéssica colocou o projeto para a aprovação, onde o mesmo foi APROVADO por todos os conselheiros presentes. Passando para pauta da reunião, a Senhora Christiane comentou sobre o Banco de Projetos, que explicou que a Comissão de Banco de Projetos se reuniu no dia 14/01/2021 para analisar e verificar o modelo de resolução para o Banco de Projetos do CMDCA, no entanto a Senhora Elenice Delazari Valério (representante da AMOA) apresentou para os membros da Comissão a proposta de uma empresa que trabalha somente com projetos coordenada pela Senhora Lilian Druzian que a prefeitura de Guarapuava, inclusive tinha contratado a empresa

para organizar o banco de projetos na cidade, sendo então apresentada a proposta a todos os conselheiros do CMDCA. A proposta seria para orientar e normatizar a questão do Banco de Projetos da criança e do adolescente e também do idoso, pois, já tem experiência nessa área e está capacitada a ajudar o município, também se propõe a estar realizando reunião com os contadores a fim de sensibilizá-los e solicitar contribuição para essa captação de recursos do IR, sendo que a proposta apresentada pela empresa foi de R\$ 10.000,00 reais, (em anexo) valor que seria dividido com R\$ 5.000,00 para o fundo da criança e do adolescente (FMDCA) e R\$ 5.000,00 para o fundo do idoso (FMDI), todos concordaram com a aplicação do recurso. A Senhora Christiane explicou que ainda será realizada reunião para informar e explicar a situação ao Conselho do Idoso também no mês de fevereiro e após aprovado pelo CMDI será dada sequência nos encaminhamentos para contratação. A pauta que também está relacionada ao Imposto de Renda, diz respeito a comissão de divulgação do IR, o qual foi exposto pela Senhora Christiane, a qual colocou a ideia de que fosse reforçado pelas entidades o trabalho que é realizado com recursos do IR através de divulgações pelo rádio, televisão e impressos e inicialmente tinha sugerido representantes de algumas entidades. Nesse momento a Presidente Jéssica sugeriu que fosse realizado um trabalho em conjunto para que surtisse um efeito mais positivo, e que ainda tivesse um cronograma para essa divulgação do trabalho das entidades, que todas as entidades fossem envolvidas. Para a quarta pauta a Sra. Christiane colocou em discussão a questão da escala de folgas do Conselho Tutelar, informou que ficou acordado na última reunião do CMDCA de 2020, que as folgas seriam para os conselheiros que estivessem no plantão, sendo duas para cada um, na semana seguinte, visto que o atendimento do plantão é realizado em duplas, garantindo assim que na sede estivessem em quatro conselheiros durante quatro dias da semana e cinco conselheiros em um dia, mas, ao enviarem a escala de folgas neste ano, foi percebido que continuou-se o sistema de uma folga para cada conselheiro na semana incluindo os que não estariam de plantão, ficando quatro conselheiros na sede durante a semana, logo, houve um descumprimento do acordo e foi trazido a pauta para discussão. O conselheiro tutelar Sr. Adecir Mendonça Lopes, justificou dizendo que após a reunião conversaram entre os conselheiros e que cada um teria que ter sua folga, logo, os plantonistas abriram mão de uma folga para ceder ao colega, ficando assim todos com direito a uma folga semanal. Dr. Narcizo Bodanese comentou que tudo teria que ser previsto conforme a Lei, que rege que deverão ter cinco conselheiros na sede trabalhando em horário de expediente durante os cinco dias da semana. Sr. Antonio nesse momento comentou que os plantonistas deveriam ter sua folga conforme previsto, mas que os demais já possuem folga em sábado e domingo como qualquer outro contrato CLT. Inclusive leu um artigo da lei municipal para o conselho onde explica o funcionamento da escala de folga. O Conselheiro tutelar Sr. Adecir informou que em sua opinião entende que tudo precisa ser executado conforme a Lei,

portanto, seria necessária uma alteração com relação ao artigo da Lei. Dr. Narcizo sugeriu então, que fosse repensada em uma proposta de alteração na Lei e que a partir disso, fosse marcada nova reunião extraordinária para discutir. O Conselheiro Sr. Adecir salientou que isso seria importante, uma vez que após às 17:30h atendem todas as demandas que seriam CRAS e CREAS, acabam ligando para o plantão do Conselho Tutelar. Sr. Antonio comentou novamente que as folgas deveriam ser somente para quem é plantonista. O conselheiro Sr. Adecir também comentou da insatisfação das conselheiras com relação ao piso salarial e da defasagem comparado com outros municípios. Sr. Narcizo comentou quanto a isso que poderia ser analisada a ideia de uma petição e entregue ao prefeito requerendo um ajuste. Sr. Antonio nesse momento comentou que para os antigos conselheiros que já estão a mais tempo no cargo pode parecer um sentimento de insatisfação mesmo quanto ao salário, mas que esse processo a cada eleição inicia do zero novamente, então para os novos que entram talvez não seria tão insatisfatório, uma vez que adentraram aceitando o que estava previsto no edital, . Sr. Michael Stiehl, comentou que poderia ser feito também um estudo sobre a situação salarial dos conselheiros. Nesse momento Sra. Christiane informou que perante a Lei somente poderiam rever um outro piso salarial na próxima eleição, ou seja, mediante um novo Edital, que por enquanto o que está previsto em Lei são os reajustes anualmente. Diante disso, Sr. Antonio concordou com a colocação e comentou que poderia se pensar num novo cronograma de escala por enquanto para tentar ajudar. Sra. Christiane também, informou que está previsto por Lei somente a contratação de cinco conselheiros. Outra sugestão seria solicitar um parecer jurídico da procuradoria jurídica do Município perante a situação das folgas dos conselheiros, visto que está em desacordo com a Lei do CMDCA, se teria alguma possibilidade em fazer um acordo antes da alteração da Lei para prever essa folga, sendo assim o conselho estaria pautado em algo mais concreto para tomar a decisão. No entanto, Christiane enfatizou que na reunião da Comissão no final do ano de 2020, em que a advogada Stella estava presente onde discutiu-se sobre o Regimento Interno do Conselho Tutelar que deveria seguir a Lei, que o jurídico apontasse para o seguimento da Lei, e por isso iria verificar com o Jurídico se era possível fazer a alteração da Lei Municipal somente no que diz respeito as folgas e após com demais alterações que serão necessárias referente a eleição do Conselho Tutelar e banco de projetos se seria possível fazer uma revogação da Lei atual e se fizesse nova devido a outras 3 alterações que já foram realizadas, para não ficar com tanto recortes e alterações na mesma lei. Nesse momento se fizeram presentes também na reunião a Sra. Leci Desbessel (Gestora da Semear) e o Sr. Adriano Both, Secretário de Assistência Social. Sr. Antonio iniciou a conversa da quinta pauta da reunião que se tratava da criação do fluxo de Atendimento para as questões da Saúde Mental de crianças e adolescentes, explicando que será realizado um trabalho junto às escolas, onde as mesmas irão contribuir na identificação de alunos que podem estar se

mutilando e informar para possível atendimento. Diante disso, se faz necessário pensar para onde será encaminhado e quem irá realizar os atendimentos, solicitando então, que fosse pensado num fluxo de atendimento para essa questão e de psicólogas específicas para esse fim, uma vez que a Saúde não dá conta de fazer atendimento com maior frequência especificamente para criança e adolescentes. Também sugeriu a criação de uma Comissão para estar acompanhando o trabalho. A Sra. Christiane expôs um orçamento para aperfeiçoamento da sala de psicologia da saúde, onde poderia ser realizado esses atendimentos com o encaminhamento. A Sra Luciana Marsaro, ressaltou quão se faz necessário deixar a sala de psicologia mais lúdica, uma vez que chama mais atenção da criança e que possuem uma porcentagem alta de atendimento que desiste por não ser atrativo para a criança, sem contar que a família também não colabora muitas vezes para não faltarem nos atendimentos. Comentou que no ano passado (dois mil e vinte) atenderam a demanda de três mil e quatrocentos e dezenove crianças e adolescentes, mas que destes tiveram 22,5% faltantes entre quatro a dezoito anos. O Sr. Antonio se pronunciou dizendo que para esse trabalho precisaria ter um centro de atendimento clínico com no mínimo duas psicólogas e uma auxiliar administrativa. A Sra. Leci comentou da importância de se ter uma continuidade desse processo. Foi enfatizado que isso seria inicialmente através de edital de chamamento para o desenvolvimento desse atendimento com recurso do FMDCA e Leci enfatizou que isso seria o “start”, mas que a Prefeitura de alguma forma após deveria continuar com esse atendimento. Sra. Christiane então reforçou a sugestão do Sr. Antonio de criar uma comissão para acompanhar o trabalho, a sugestão foi aceita pelos conselheiros que prontamente compreenderam e ainda salientaram que poderia ter mais de quatro pessoas fazendo parte dessa comissão, uma vez que se as entidades participassem, quatro pessoas seriam pouco. Dessa forma, foi acordado que teriam representantes governamentais e não governamentais, conselheiros ou não. Ficando dessa forma fazendo parte do Governamental os seguintes membros: Christiane Zanette Mondardo (Secretaria de Assistência Social), Luciana Francieli Marsaro (Secretaria de Saúde), Rosane Aparecida Biterlini dos Santos (Secretaria de Educação e Cultura) e o Adecir Mendonça Lopes como representante do Conselho Tutelar, para o Não governamental os representantes das Organizações: Antonio Carlos Pereira (SOS Vida), Leci Desbessel (SEMEAR), Michael Stiehl (O Bom Samaritano), Flávio Gedoz (AMEDEF) sendo que a conselheira Deisielle indicou Elenice Delazari Valério como representante da AMOA. Antes de iniciar a próxima discussão sobre a medida socioeducativa a Sra. Christiane informou dentro da palavra livre que precisam alterar o endereço no CNPJ do Fundo da Criança e do Adolescente - FMDCA, mas, para fazer a atualização precisam encaminhar a alteração através de ata, solicitando então a alteração da Rua Argentina, 1546 – Centro, antiga Prefeitura, para o novo endereço para Avenida José Callegari, 647 – Ipê, sendo o endereço atual da Prefeitura e da Secretaria de Assistência Social, o

qual o Fundo está vinculado. Portanto, todos os conselheiros concordam com a alteração do endereço. Em seguida abriu discussão sobre a medida socioeducativa, Sra. Christiane passou a palavra para a Sra. Gracieli Simone Groth, Psicóloga do CREAS que primeiramente iniciou sua fala com a leitura de um texto anônimo redigido por um adolescente onde fala das dificuldades encontradas na vida. Após a leitura explicou sobre o trabalho do CREAS dentro da medida socioeducativa e como estão sendo realizados os atendimentos, informando que mesmo em Pandemia não deixou-se de atender os adolescentes. E que a Psicopedagoga Sra. Deisielle contribuiu nesse processo de atividades remotas, as quais foram autorizadas pelo Juiz. Para essa discussão também esteve presente a Sra. Adriana Carrer, Assistente Social do CREAS e a Coordenadora do CREAS Sra. Marieli Lucia Nervis, Sra. Gracieli informou que atualmente consta somente dois adolescentes cumprindo medida e que um está na AMOA e outro no CRAS. E solicitou ajuda das entidades nesse processo, na aceitação dos adolescentes e no acolhimento a título de socialização, para que não fiquem somente com a referência do CREAS. E que o objetivo era realmente de sensibilização quanto a esse trabalho. Sr. Adriano Secretário de Assistência Social, reforçou essa ideia pedindo a colaboração das entidades nesse acolhimento, uma vez que os adolescentes não são criminosos por completo e que poderia ser restaurados. Expôs ainda, a sua própria vida dizendo que já foi alguém que esteve pelo caminho errado e que foi graças a um acolhimento de um lugar que o ajudou e disse que ele era capaz, que hoje se tornou um empresário e secretário, pois poderia ter tido outra história. Salientando assim, a importância de cada entidade do município nesse processo. Sra. Leci informou que a Semear já teve vários adolescentes em cumprimento de medida na instituição, mas que perceberam que não estava mais funcionando colocar nas aulas de Jovem aprendiz, uma vez que ele não se sentia bem, pois na maioria das vezes o assunto não fazia parte da sua realidade. Comentou que em sua opinião deveria ter uma equipe que acompanhasse esses adolescentes em todos os momentos até a inserção no mercado de trabalho. Sr. Roberto sugeriu que tivessem atendimentos em grupos para os mesmos. Porém, a Sra. Deisielle explicou que esse trabalho já vem sendo realizado no CREAS pela equipe técnica, e que inclusive o trabalho psicopedagógico oferecido tem surtido efeito positivo apesar de todas as dificuldades, mesmo em Pandemia. Mas que esse trabalho teria somente quatro horas semanais estipulado em Edital na parceria da AMOA com a Prefeitura e sugeriu que o CREAS precisaria ter uma psicopedagoga com maior carga horária para realizar trabalhos além do que já vem sendo realizado (e isso revisto para o próximo Edital). Sra. Leci informou que é difícil realizar um trabalho se não há vínculo e pertencimento ao local, devido a troca de professores em cada aula do Jovem Aprendiz, e ainda, que ao receber o adolescente acabam não tendo informação sobre o mesmo. Sr Adriano (Secretário) explicou que todas as sugestões serão analisadas para outros momentos, mas que nesse momento precisamos nos ajudar e contribuir e que

conta com todas as entidades, pediu ainda que as entidades tivessem maior diálogo entre elas, que conversassem para que ao encontrar uma dificuldade com um adolescente, que conversassem em outras entidades para ver se é possível ajudar. Sra. Deisielle sugeriu que então antes de encaminhar o adolescente fosse feita uma visita na entidade e conversar sobre em qual atividade seria possível inseri-lo. Sra. Mariele coordenadora do CREAS comentou que irá resolver essas questões junto com a equipe técnica do Programa Liberdade Cidadã. Diante disso, antes de inserir o adolescente na Entidade, antes será realizada a visita do CREAS a fim de explicar o caso e assim entrar num acordo com a instituição e que a mesma possa ter alguém de referência no local para estar acompanhando o adolescente encaminhado. Ficou acordado que será criado um grupo no whatsapp com as entidades e a equipe do Liberdade Cidadã do CREAS para quando houver novos adolescente para cumprimento de medidas que seja informada no grupo para que a entidade se manifeste para que o adolescente possa cumprir a medida e o CREAS fará o processo de anteriormente relatar sobre o adolescente através das informações do PIA que é possível repassar dentro do código de ética e de apresentar o adolescente na entidade no primeiro momento, bem como, de acompanhar o cumprimento da medida na entidade. Sr Antonio também comentou da importância de pensarmos no que ter para oferecer a esses adolescentes nesse período de cumprimento de medida e na possibilidade de ter as igrejas como parceiras nesse trabalho. Sr. Michael comentou que quando havia trabalho voluntário nas comunidades teriam mais possibilidades. Sra. Gracieli informou que no momento não possuem nenhum tipo de oficina em comunidades que possam contribuir nesse trabalho. Christiane ainda acrescentou que as entidades que possuem registro no CMDCA é porque desenvolvem trabalho com crianças e adolescentes, com o objetivo da proteção aos mesmos, e por isso da importância do envolvimento das entidades no auxílio do cumprimento das medidas socioeducativas dos adolescentes e que a quantidade de horas e o início da medida é determinada pelo Ministério Público e não pelo CREAS. Sendo assim, a Presidente encerrou a reunião e agradeceu a presença de todos. E eu na função de secretária lavro a presente Ata que será assinada por mim e pelos demais membros do conselho, conforme lista de presença anexa.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE
MEDIANEIRA- PARANÁ
cmdca@medianeira.pr.gov.br

Avenida José Callegari, nº647, 4º andar, Bairro Ipê - Fone: 3264-8694

LISTA DE PRESENÇA - REUNIÃO CMDCA – 2020/2022.
DATA 05 DE FEVEREIRO DE 2021 – 8:30.
REUNIÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL – ATA Nº 01/2021

Conselheiros	Assinatura
Titular: Gracieli Simone Groth - SMAS	
Suplente: Christiane Zanette Mondardo - SMAS	
Titular: Devani Amorim Lopes - ADM	—
Suplente: Francieli Bado - ADM	—
Titular: Luciana Francieli Marsaro - Saúde	x
Suplente: Dayana Bombassaro - Saúde	—
Titular: Rosane Aparecida Biterlini dos Santos - SMEC	Rosane dos Santos
Suplente: Jhonny Rodrigo de Almeida Brusso - SMEC	—
Titular: João Alexandre Hentz - Esportes	
Suplente: Bruno Alexsander Silva dos Santos - Esportes	—
Titular: Everton Rodrigues de Andrade – Des. Econ.	—
Suplente: Simone de Matos – Des. Econ.	—
Titular: Narcizo Bodanese - OAB	
Suplente: Rubenval Ferreira Leite - OAB	—
Titular: Karina Fátima Pinzon - AMESFI	falta justificada
Suplente: Gesileine Fátima de Toni - APAE	falta justificada
Titular: Flávio Gedoz – AMEDEF	
Suplente: Deisielle Pompermaier - AMOA	
Titular: Jéssica Daiane Zimmer - SEMEAR	Jéssica Z. Zimmer
Suplente: Liliane C. S. Behenck - SEMEAR	Liliane Behenck
Titular: Michael C Stiehl - O Bom Samaritano	
Suplente: Valdemar Padilha Feltrin - Sanem	—
Titular: Antônio Carlos Pereira - SOS Vida	
Suplente: Naira Reginatto Alamini - CIEE	—

